



Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Santa Marcelina Cultura”

CNPJ 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Balancos Patrimoniais			
Ativo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante		413.810	756.568
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	403.370	746.128
Outros créditos		10.440	10.440
Não Circulante		2.985.318	2.213.010
Permanente		2.985.318	2.213.010
Imobilizado	(05)	2.985.318	2.213.010
Total do Ativo		3.399.128	2.969.579

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício			
Patrimônio líquido	Nota Explicativa	2018	2017
No início do exercício		2.573.501	2.823.691
Doação de bens patrimoniais	(08.a)	1.057.996	80.921
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-
Superávit (déficit) do exercício		(339.101)	(331.111)
No final do exercício	(07)	3.292.396	2.573.501

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos. Que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2019. **b. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. **3. Principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. **a. Instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros não derivativos** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado** - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório

Demonstração do Valor Adicionado			
		2018	2017
		Total	Total
Receitas Operacionais Brutas		450.257	65.432
Receitas próprias		406.433	19.697
Doações		21.951	17.940
Receitas financeiras		21.873	27.795
Insumos Adquiridos de Terceiros		502.309	112.483
Serviços de terceiros		119.960	34.286
Despesas administrativas e gerais		382.349	78.197
Valor Adicionado Bruto		(52.052)	(47.051)
Retenções		285.688	281.827
Depreciação	(05)	285.688	281.827
Valor Adicionado Líquido		(337.740)	(328.878)
Produzido Pela Entidade		(337.740)	(328.878)
Valor Adicionado Total a Distribuir		(337.740)	(328.878)
Distribuição Do Valor Adicionado		(337.740)	(328.878)
Pessoal e encargos		-	-
Impostos, taxas e contribuições		1.361	2.233
Superávit (déficit) do exercício		(339.101)	(331.111)

de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017. **b. Imobilizado Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. **Depreciação** A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **c. Intangíveis** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **d. Redução ao valor recuperável** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. **e. Passivo circulante e não circulante** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Recursos Livres – Associação (a)	403.370	746.128
Total	403.370	746.128

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	2018		2017	
	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4%	1.058.109	(455)	1.057.654
Equipamentos	10%	150.543	(51.325)	99.218
Móveis e utensílios	10%	38.214	(24.185)	14.029
Instrumentos musicais	10%	2.663.891	(849.474)	1.814.417
Total		3.910.757	(925.439)	2.985.318

e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audito-

Demonstração do Superávit (Déficit) do Exercício			
	Nota Explicativa	2018	2017
		Total	Total
Receitas Operacionais		450.257	65.432
Receitas operacionais		450.257	65.432
Receitas próprias		406.433	19.697
Doações	(8.b)	21.951	17.940
Receitas financeiras		21.873	27.795
Despesas Operacionais		(789.358)	(396.543)
Despesas operacionais		(789.358)	(396.543)
Despesas administrativas		(668.037)	(360.024)
Serviços prestados por terceiros		(119.960)	(34.286)
Impostos e taxas		(1.361)	(2.233)
Superávit (Déficit) do Exercício		(339.101)	(331.111)

Demonstração do Fluxo de Caixa			
		2018	2017
Atividades Operacionais		2018	2017
Superávit (déficit) do exercício		(339.101)	(331.111)
Depreciação e amortização	(05)	285.688	281.827
Ajuste de avaliação patrimonial		1.057.996	80.921
Resultado ajustado		1.004.583	31.637
Variações do Ativo e Passivo (Aumento) / redução nos ativos em			
Adiantamentos diversos		-	910
Aumento / (redução) nos passivos em			
Projeto a executar		(292.936)	392.917
Fornecedores		3.591	3.160
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		715.238	428.624
Atividades de Investimento			
Aquisições do ativo imobilizado	(08)	(1.058.109)	(132.993)
Baixas do ativo imobilizado		113	52.072
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.057.996)	(80.921)
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(342.758)	347.704
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		746.128	398.425
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		403.370	746.128
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(342.758)	347.703

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos no início do exercício	2.213.010	2.413.916
Adições		
Imóveis	1.058.109	-
Instrumentos musicais	-	132.993
Baixas líquidas	(113)	(52.072)
Depreciações	(285.688)	(281.827)
Saldos no fim do exercício	2.985.318	2.213.010

6. Partes relacionadas: A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados. **7. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2018, o Patrimônio Líquido é de R\$ 3.292.396. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Profetas, Irmãs Marcelina", conforme for fixado pela Assembleia Geral. **8. Doações recebidas:** As seguintes doações foram recebidas durante o exercício: (a) Classificadas no patrimônio líquido:

Descrição	2018	2017
Doação de instrumentos musicais	-	80.921
Doação conjunto edifício mercantil finasa	1.057.996	-
Total	1.057.996	80.921

(b) Classificadas no resultado:

Descrição	2018	2017
Doação pessoas físicas e jurídicas	21.951	17.940
Total	21.951	17.940

9. Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - CRC/SP182786/O-8

ria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2019.

Cokinis & Associados Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 15.753/O-0

Demétrio Cokinis - Contador CRC-1SP120.410/O-2/ CNAI nº 0385

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

EXTRATO DO TERMO DE RETRIBUIÇÃO

Processo nº 001.0708.000768/2018 - Modalidade: Seleção de Fornecedores - Coleta de Preços. **Objeto:** Contratação de prestação de serviços de Assessoria Técnica e Consultoria em arquitetura, patrimônio histórico e urbanismo para a revisão do Plano Diretor, reavaliação dos edifícios tombados e de interesse histórico e confrontação dos limites da área do Instituto Butantan - Fica retificada a data da Homologação, para: 14.05.2018, referente ao Contrato nº 070/2018, celebrado entre a FUNDAÇÃO BUTANTAN e a empresa CARLOS A.M. FAGGIN - DESENHOS, no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) - Permanecem ratificados os demais atos.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE nº 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 9 horas do dia 06 de março de 2019, na Avenida Humberto de Campos, 3220, Bairro Guapituba, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia, contados a partir de 30/03/2019. Ribeirão Pires, 25 de fevereiro de 2019. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Richard Gonçalves Silva** – Diretor Administrativo e Financeiro. **(26, 27 e 28/02/2019)**

CHF Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.944.820/0001-43 - NIRE nº 3530034432-4

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral no dia 12/03/2019, às 10h, na sede social, na Rua Dronsfield, nº 423, sala 02, Sheldon, nº 21, bairro da Lapa, em São Paulo - SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte: I - **Em AGO:** a) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2018; b) Proposta para destinação do prejuízo do exercício; e c) Eleição de Administradores e fixação de sua remuneração. II - **Em AGE:** a) Reforma geral do Estatuto Social da Companhia; e b) Eleição de Diretores e fixação de sua remuneração. São Paulo, 22/02/2019. **Walter Fontana Filho** - Presidente do Conselho de Administração.